



Os pioneiros do jornalismo português na primeira metade do Século XVII¹

Jorge Pedro SOUSA²

Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

Centro de Investigação Media & Jornalismo, Lisboa, Portugal

jorgepedrosousa@hotmail.com

Resumo

Quem foram os “jornalistas” portugueses que, na primeira metade do século XVII, iniciaram o jornalismo em Portugal? Sobre o que escreviam? Quais as suas fontes? Que rotinas tinham? Que constrangimentos enfrentavam? Este trabalho visa responder a essas questões, socorrendo-se da pesquisa bibliográfica e documental e da análise do discurso, quantitativa e qualitativa, das *Relações* impressas de Manuel Severim de Faria (1626-1628) e da *Gazeta* de 1641-1647, primeiro periódico português. Conclui-se que os primeiros “jornalistas” portugueses eram clérigos letrados para os quais a redacção de folhas periódicas ou ocasionais seria uma “ocupação” (não um “ofício”), que exerceriam por satisfação pessoal e para terem lucro. As notícias, censuradas, resultavam da observação pessoal, testemunhos, entrevistas, cartas e traduções de jornais estrangeiros e, maioritariamente, tinham a guerra por tema.

Palavras-chave

Jornalismo; Portugal; história do jornalismo; século XVII; jornalistas.

Introdução

Na segunda metade do século XVI, acompanhando o que se passava na Europa, também em Portugal começaram a ser publicados relatos noticiosos avulsos sobre determinados acontecimentos, que se popularizaram sob a denominação genérica de *relações*. Ganharam particular expressão os relatos de naufrágios. Na mesma época, alguns portugueses tornaram-se *noticiaristas* e *memorialistas*, dando sequência, por motivação pessoal, ao trabalho dos cronistas medievais.

Um noticiarista memorialista era alguém que registava e disseminava, periodicamente, conjuntos diversificados de notícias para vários correspondentes, com recurso a uma espécie de jornais manuscritos, muitas vezes igualmente apelidados de *relações*. Essas primeiras relações pluritemáticas de notícias tinham, frequentemente, a forma de carta, razão pela qual também se conhecem pela denominação *Cartas Novas* ou *Cartas de Novidades* ou ainda *Cartas de Novas Gerais*, entre outras.

¹ Trabalho apresentado no GP de História do Jornalismo, Divisão Temática 1 – Jornalismo, no IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor e pós-doutor em Ciências da Informação. Professor associado com agregação (livre-docente) da Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.



As *Cartas de Novas Gerais* alimentavam as redes de correspondentes, nacionais e internacionais, através das quais, desde o Renascimento, os letrados europeus, particularmente clérigos, académicos e nobres envolvidos na administração do Estado, iam sabendo do que sucedia na Europa e tomavam contacto com novas ideias, descobertas e invenções. Consolidava-se, efectivamente, um fluxo internacional de informação noticiosa por toda a Europa. Os noticiaristas divulgavam notícias uns dos outros, notícias que resultavam da sua observação ou daquilo que iam sabendo (por outras cartas, entrevistando fontes ou escutando relatos de viajantes, marinheiros e testemunhas de acontecimentos).

Em 1626 e em 1628, um noticiarista memorialista português, Manuel Severim de Faria, mandou imprimir duas cartas de novas gerais, seleccionadas de um conjunto de 31 cartas manuscritas, anuais, e intituladas, respectivamente, *Relação Universal do que Sucedeu em Portugal e Mais Províncias do Ocidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo Setembro de [1]626* e *Relação do Que Sucedeu em Portugal e Nas Mais Províncias do Ocidente e Oriente Desde Março de 1626, Até Agosto de 1627*. Pode supor-se que o autor, que pode ser considerado um jornalista “por ocupação”, repetiu aquilo que começava a tornar-se comum na Europa: a publicação, regular ou ocasional, de relações impressas pluritemáticas de notícias. Essas *Relações* de Severim de Faria, que cumpriam uma função simultaneamente noticiosa e historiográfica, ainda possuem vestígios discursivos arcaicos, nomeadamente serem compostas em forma de carta no início e no fim do texto. No entanto, são um marco para a história do jornalismo português, pois representam o primeiro esforço conhecido, ainda que ocasional (não periódico), de publicação de um jornal impresso em Portugal. É de realçar que a composição em forma de carta, marca discursiva arcaizante, já não aparece na *Gazeta* “da Restauração”, primeiro periódico português, publicado entre 1641 e 1647.

O presente trabalho tem por objecto de estudo, precisamente, as *Relações* de Manuel Severim de Faria e a *Gazeta* “da Restauração”, sendo seu objectivo principal, a partir de provas documentais e da análise do discurso, qualitativa e quantitativa, desses jornais, e ainda através da pesquisa bibliográfica, apresentar e caracterizar os redactores dos jornais portugueses da primeira metade do século XVII, que podem ser considerados os primeiros “jornalistas” lusófonos. Tentar-se-á responder às seguintes perguntas de investigação: Quem foram eles, os primeiros “jornalistas” lusófonos? Como se veriam a



si mesmos? Sobre o que escreviam? Quais as suas fontes? Que rotinas tinham? Que constrangimentos enfrentavam?

1. As *Relações* de Manuel Severim de Faria e a *Gazeta “da Restauração”*

1.1 As *Relações*

As *Relações* de Manuel Severim de Faria são uma espécie de *anúrios* noticiosos, colectâneas de notícias sobre acontecimentos passados num determinado período. Não tiveram carácter periódico, mas, como outras publicações similares da mesma época, podem ser consideradas antepassadas dos actuais jornais. Aliás, a ausência de periodicidade regular das *Relações* poderá dever-se não às intenções do autor, mas às limitações técnicas, uma vez que o processo tipográfico era bastante lento; aos imperativos legais, que retardavam a circulação da publicação; e ainda à dificuldade e irregularidade das comunicações.

É de salientar que as *Relações* de Severim de Faria foram feitas para circularem e serem vendidas, como o comprovam as taxas pagas, devidamente referidas no jornal. No entanto, sendo taxadas, e caras, dirigiam-se, certamente, às elites e, eventualmente, a vendedores errantes que, em cada terra, liam as notícias a troco de dinheiro.

O conteúdo das *Relações* é, todo ele, noticioso. Percentualmente, tal como podemos observar no quadro 1, a maioria das notícias diz respeito a acontecimentos de cariz bélico (36% das matérias), política e administração (23% das matérias) e vida social e religiosa (29% das matérias), sendo que, neste caso, se deve assumir que a religião era, no início do século XVII, o principal traço da vida social (missas, procissões, festas religiosas...).

Quadro 1: Temas predominantes das matérias das *Relações*

MATÉRIAS	%
Vida política e administrativa	23
Vida social e religiosa	29
Vida económica	3
Vida militar e conflitos bélicos	36
Catástrofes naturais e acidentes	7
Doenças e fome	1
Crimes	0
Acontecimentos insólitos	1
Total	100

Igualmente se constata que, no geral, em termos do que foi notícia, as *Relações* não se afastam muito daquilo que, estruturalmente, hoje é notícia. Os padrões de noticiabilidade, conforme argumenta Stephens (1988), têm-se mantido estáveis ao longo do tempo. Ontem como hoje, a política e a administração dos países, a guerra e os acontecimentos relevantes da vida em comunidade ocupam grande parte das notícias.



1.2 A *Gazeta* “da Restauração”

A *Gazeta* “da Restauração” por vezes é denominada pelo título do seu primeiro número (*Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*) e outras vezes pelo plural “Gazetas da Restauração”. “Restauração” é, no entanto, uma mera alcunha, referente ao período em que foi publicada, o da Restauração da Independência de Portugal, após 60 anos de união entre este Reino e o de Castela.

Embora nem sempre tenha tido uma periodicidade certa, a *Gazeta* pode considerar-se uma publicação periódica no sentido de que foram publicados sucessivamente pelo menos 37 números, ao longo de quase seis anos, entre Novembro de 1641 e Setembro de 1647, possibilitando ao público o consumo de novas informações com alguma regularidade.

Em Julho de 1642, a *Gazeta* suspendeu a publicação por força de uma lei que proibia as gazetas “com notícias do Reino ou de fora, em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas”, embora, na realidade, a suspensão provavelmente se tenha devido, sim, a um “excesso de verdade” que terá indisposto o Poder Régio. Todavia, a *Gazeta* retomou a publicação em Outubro de 1642, mas passou a ostentar a designação “*de Novas Fora do Reino*”, embora, entre Outubro de 1642 e Setembro de 1647, tenha publicado, ocasionalmente, notícias sobre a “frente” do Alentejo, missões diplomáticas portuguesas, etc., certamente com o consentimento, ou mesmo com a conivência, do poder político. Assim sendo, pode dizer-se que os governantes, ontem como hoje, desconfiavam das incipientes publicações jornalísticas, mesmo quando estas estavam ao seu serviço, como é o caso da *Gazeta*, e fossem sujeitas ao licenciamento e à censura prévia, civil e eclesiástica. O jornalismo, aparentemente inofensivo, revelava-se uma urticária para os detentores do poder, que não hesitavam em taxar e censurar os jornais não somente para obterem receitas fiscais mas também para os tornarem difíceis de obter e o mais inócuos possível, controlando, assim, o *statu quo*.

As taxas, que encareciam a *Gazeta*, e a baixa alfabetização conspiravam, de facto, para que a publicação somente fosse adquirida pelas elites, embora não seja de excluir que alguns exemplares, adquiridos por “mercadores de notícias”, fossem lidos de terra em terra.

Com base numa amostra de 22 números da *Gazeta*, pode-se afirmar-se que, reflectindo a conjuntura das guerras da Restauração e da Guerra dos Trinta Anos, esta publicação



presta significativamente mais atenção aos acontecimentos bélicos do que as *Relações* de Severim de Faria. É o que se observa no quadro 2.

Quadro 2: Temas predominantes das matérias da *Gazeta*

MATÉRIAS	%
Vida política e administrativa	24
Vida social e religiosa	9
Vida económica	3
Vida militar e conflitos bélicos	49
Catástrofes naturais e acidentes	3
Doenças e fome	3
Crimes	1
Acontecimentos insólitos	2
Descobrimientos	4
Outros assuntos	2
Total	100

Além da enorme percentagem de notícias bélicas, não surpreende que 24% das matérias estejam relacionadas com a vida política e administrativa, devido ao esforço diplomático e político do novo regime. Os restantes assuntos são relativamente pouco noticiados, tal como já acontecia nas *Relações*, com excepção da vida social e religiosa, tema com alguma repercussão (9% das notícias). Assim, pode dizer-se que a *Gazeta* e as *Relações* comungam, até certo ponto, uma mesma orientação editorial, fruto da conjuntura da época.

A *Gazeta* não ignorava o que se passava no mundo em geral, noticiando, simples e concisamente, assuntos militares, decisões políticas, descobertas, crimes, catástrofes e acidentes, festas, eventos religiosos, doenças, nascimentos e falecimentos, etc., num tom significativamente mais laico do que o das *Relações*.

De realçar que uma percentagem significativa das notícias da *Gazeta* era do estrangeiro. De facto já existia, no século XVII, um fluxo internacional de notícias bastante consolidado, graças às traduções que se faziam das notícias das gazetas de diversos países.

Os editores e os impressores da *Gazeta* eram pessoas diferentes. Pelo menos três impressores alternaram-se na edição da *Gazeta*: Lourenço de Anvers, Domingos Lopes Rosa e António Alvarez. Na Europa seiscentista, coexistiam, na verdade, iniciativas jornalísticas de dois tipos: em alguns casos, eram os próprios impressores a terem a iniciativa de redigir e publicar gazetas, enquanto noutros casos os promotores, redactores e editores da publicação não coincidiam com os impressores.

2. Os primeiros periodistas portugueses

Quem interveio na redacção dos primeiros periódicos portugueses? Quanto à *Gazeta*, há algumas incertezas, mas as *Relações* têm com toda a certeza por autor o clérigo Manuel



Severim de Faria, pois conserva-se a sua obra manuscrita *História Portuguesa (...)* *Desde o Ano de 1610 Até o de 1640*, conjunto de 31 relações, das quais ele extraiu as duas que mandou dar à estampa.

2.1 Manuel Severim de Faria

Manuel Severim de Faria (1584-1655) teve uma educação religiosa e doutorou-se em Teologia pela Universidade de Évora. Publicou, pelo menos, 56 obras (SILVA, 2003, p. 36), devendo destacar-se o livro *Discursos Vários Políticos*, de 1624, no qual Severim de Faria advoga a transferência da corte de Madrid para Lisboa, e o livro *Notícias de Portugal*, uma das primeiras análises económicas do país. Não terá escrito, porém, tudo o que desejaria nem como desejaria, pois queixa-se de vários “inconvenientes” (leia-se, censura e auto-censura) que o impediram (SEVERIM DE FARIA, 2003, p. 5).

Da sua posição como chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria construiu uma vasta rede de contactos sociais na sua cidade, entre religiosos e missionários e mesmo na corte. Essa rede de contactos possibilitava-lhe aceder a todo o tipo de informações, receber notícias e publicações de todas as partes do mundo e corresponder-se, igualmente, com pessoas deslocadas e viajantes, o que de muito lhe terá valido para os seus escritos, incluindo para a elaboração das *Relações*.

O seu labor “jornalístico” começa com a redacção das *Notícias Importantes dos Anos de 1606, 1607, 1608* (JORGE, 2003, p. 44). Nessa obra, Severim de Faria vai dando conta dos principais acontecimentos ocorridos em Portugal e na Europa durante esses anos.

Severim de Faria foi, portanto, um noticiarista, na medida em que divulgava informação noticiosa, e um memorialista, pois, à maneira dos cronistas medievais, registava o que sucedia para memória futura.

2.2 Os redactores da *Gazeta*

2.2.1 Manuel de Galhegos

Não é tarefa simples determinar todos os redactores da *Gazeta*. Manuel de Galhegos (1597-1665) terá sido o primeiro editor da *Gazeta*, por alvará régio de 14 de Novembro de 1641³. Tengarrinha (1989; 2006, p. 29) explica que o alvará obtido por Galhegos demonstra a confiança do novo monarca, D. João IV, neste presbítero secular, que após enviuvar tinha optado pela vida religiosa. No entanto, Tengarrinha (2006, p. 29) afiança

³ “Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, havendo respeito do que na petição atrás escrita diz Manuel de Galegos, e vistas as coisas que alega, tive por bem e me apraz que impressor, livreiro ou outra pessoa de qualquer qualidade que seja não possa imprimir nem vender em todos estes reinos e senhorios as *Gazetas* das novas deste Reino, de que na dita petição faz menção, senão o suplicante ou a pessoa que para isso nomear como pede, etc. Lisboa, 14 de Novembro de 1641” (Grafia adaptada ao português contemporâneo).

que Galhegos encarregou Miguel de Mascaranhas de Azevedo da redacção do periódico. Alfredo da Cunha (1941, pp. 56-57) também é de opinião que os dotes literários de Galhegos são muito superiores aos evidenciados na *Gazeta*, pelo que seria efectivamente possível que este último tivesse encarregado outros de redigirem a publicação. Além disso, a suspensão da publicação da *Gazeta* e de outras publicações no dia 19 de Agosto de 1642 só se terá verificado, conjectura Cunha, porque não era Galhegos, pessoa estimada pelo monarca e fiel ao Rei, a redigir o jornal. Contra essas opiniões, ergue-se Heitor Martins (1964, pp. 77-79), que afiança que terá efectivamente sido Galhegos a redigir a *Gazeta*, pelo menos até à interrupção da publicação, em Agosto de 1642. Este autor apresenta os seguintes argumentos a favor de Manuel de Galhegos, que considera dever ser considerado o “primeiro jornalista português”: 1) Manuel de Galhegos já se teria notabilizado na redacção de textos noticiosos (“reportagens”), nomeadamente na *Relação do que se Passou na Feliz Aclamação do (...) Rei D. João IV* (Lisboa, 1641), sendo pouco crível que não tivesse contribuído para a redacção da *Gazeta*; 2) Os termos em que o edital foi feito não permitem concluir que Manuel de Galhegos iria forçosamente contratar outrem para redigir a *Gazeta*, pois os editais do mesmo tipo e da mesma época foram sempre passados em favor dos *autores*, dando-lhes permissão para imprimirem e venderem e não para “escreverem”, coisa que estaria subentendida.

Manuel de Galhegos foi um dos intelectuais portugueses que aderiram à causa da Restauração da Independência, tendo-se tornado um dos seus propagandistas. Terá sido por essa fidelidade à causa Restauracionista que foi escolhido, ou teve autorização, para editar a *Gazeta*. Não se sabe, no entanto, se continuou a colaborar com o periódico após Agosto de 1642 (suspensão da publicação).

2.2.2 João Franco Barreto

Em Julho de 1642, o privilégio para traduzir e publicar as relações de França foi atribuído a João Franco Barreto⁴ (1600-167_?). Esse acto administrativo antecede o

⁴ “Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, havendo respeito a me enviar dizer por sua petição João Franco Barreto que a esta Corte vinham muitas relações em língua francesa, que se traduziam por pessoas que não tinham notícia dela nem daquele reino, e ficavam de menor crédito com sua má interpretação, e porque aquele suplicante tinha bastante conhecimento duma e doutra coisa, por haver passado naquelas partes em companhia dos meus embaixadores no ano próximo passado, cuja viagem escreveu e imprimiu, me pedia lhe mandasse passar licença para que ele somente pudesse traduzir e imprimir as relações de França e suas gazetas. E visto seu requerimento, e as coisas acima referidas, tive por bem conceder-lhe a dita licença, como a pede, com a declaração que irão primeiro à Mesa do Desembargo do Paço traduzidas as ditas relações e gazetas antes que se imprimam, etc. Lisboa, 29 de Julho de 1642”.



segundo período da *Gazeta*, em que esta adopta a nova designação *Gazeta de Novas de Fora do Reino*. Pode conjecturar-se, assim, que as notícias nacionais dos números da *Gazeta* de Junho e de Julho de 1642, ou mesmo outros anteriores, não agradaram ao poder instituído, tendo, hipoteticamente, provocado a substituição, talvez urdida no Palácio ao longo de algum tempo, de Galhegos por Barreto. Supõe-se, em consequência, que tenha sido Barreto a editar a *Gazeta* a partir do primeiro número de Outubro de 1642, sozinho ou com a colaboração de outros.

Aos 24 anos, João Franco Barreto alistou-se na expedição que se dirigiu à Baía para resgatar a cidade aos holandeses. Elaborou, então, uma história manuscrita, em jeito de reportagem, dessa acção militar. Quando regressou a Portugal, ingressou na Universidade de Coimbra (UC), onde estudou Teologia. No final do curso, ficou a leccionar na UC. Depois de enviuvar, e tal como aconteceu com Manuel de Galhegos, tornou-se sacerdote. Aderiu, como Galhegos, à causa da Restauração e, por este motivo, foi escolhido para secretariar a missão diplomática de D. Francisco de Melo a França, em 1641, da qual também deixou um relato historiográfico. Terá logrado obter uma boa impressão, pelo que, possivelmente devido ao desagrado do novo poder para com o rumo que a *Gazeta* levava (“excesso de verdade” nas notícias nacionais), teve, como se disse, autorização para traduzir as gazetas francesas. A *Gazeta* reconverteu-se e tornou-se, em consequência, num jornal francófilo de notícias internacionais (Portugal buscava uma aliança com França para melhor se opor a Castela).

2.3 Frei Francisco Brandão

Frei Francisco Brandão (1601-1680) tornou-se monge cisterciense em 1618 e doutorou-se em Teologia em Coimbra, ficando a ensinar na mesma cidade. Ocupou vários cargos religiosos, incluindo o de geral da Ordem de Cister em Portugal. Aderiu à causa da Restauração, pelo que foi nomeado cronista-mor do Reino por D. João IV. Escreveu o *Discurso Gratulatório Sobre o Dia da Feliz Aclamação da Majestade de El-Rei D. João IV Nosso Senhor* e a *Relação do Assassínio Intentado por Castela Contra a Majestade de El-Rei D. João o IV, Impedido Miraculosamente*. Como historiador, é autor da quinta e sexta partes da obra maior da historiografia portuguesa *Monarquia Lusitana*, dedicadas à vida e obra de Dom Diniz, tendo sucedido a seu tio, frei António Barreto, nessa missão. Terá sido, aliás, junto do tio, que cultivou o seu nacionalismo, celebrado em toda a *Monarquia Lusitana*. Não se sabe exactamente a partir de que data terá assumido a redacção da *Gazeta*, e se o fez sozinho ou com ajuda de outros, mas presume-se que tenha sido ele o redactor do jornal a partir do número de Julho de 1645.



3. Produção jornalística na primeira metade do século XVII

Para esta parte do trabalho, tentaram inferir-se, a partir da análise das *Relações* e da *Gazeta*, duas facetas dos processos de produção de informação que os introdutores do jornalismo periódico em Portugal punham em prática: (1) a recolha de informações; e (2) as técnicas de relato de novidades.

A primeira consideração que deve ser feita, nesse âmbito, é a de que o jornalismo português seiscentista se aproxima, no estilo, do jornalismo contemporâneo. As notícias, na *Gazeta* e nas *Relações*, são, normalmente, claras e concisas, embora nem sempre precisas:

Em 31 de Julho de 627 levou Nosso Senhor para si a Infanta Nossa Senhora. [*Relação* 1628]

A Armada Real de Castela anda dividida em duas esquadras, uma no cabo de São Vicente e outra na barra de Cádiz, esperando a frota. [*Gazeta*, Novembro 1641]

Morreu o conde de Odemira. [*Gazeta*, Dezembro de 1641]

Os exemplos acima colhidos permitem ainda verificar que nas notícias curtas, em ambas as publicações, já assoma a noção de *lead*. Aliás, um segundo aspecto relevante que deve ser considerado relaciona-se com as respostas que se procuravam dar ao leitor no enunciado jornalístico. Responder às perguntas tradicionais do enunciado noticioso (Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê?) não é uma invenção contemporânea, mas sim uma invenção da retórica clássica, muito bem recuperada pelo jornalismo. Por isso, cientes dos princípios estabelecidos pela retórica clássica, que Peucer, inclusivamente, referiu na sua tese doutoral de 1690 (a primeira tese mundial sobre jornalismo e comunicação), também os redactores das *Relações* e da *Gazeta* procuraram, nas notícias, explicitar as circunstâncias de sujeito (quem?), objecto (o quê?), lugar (onde?), tempo (quando?) e, por vezes, também de modo (como?) e causa (porquê?):

No estado eclesiástico, vagou o arcebispado de Lisboa [o quê?], aos trinta de Junho [quando?], por falecimento do senhor D. Miguel de Castro [porquê?] (...). Foi nomeado em seu lugar o senhor bispo D. Fernão Martins de Mascarenhas [o quê? quem?], inquisidor-geral (...). [*Relações*]

Deu El-Rei Nosso Senhor uma Comenda ao Doutor Pedro de Castro de Melo pelos serviços de seu filho o capitão Jerónimo de Castro e Melo [quem? o quê?] que morreu pelejando valorosamente na entrada de Valverde [porquê?]. [*Gazeta*, Março de 1642]

De Entre-Douro e Minho [onde?], no primeiro sábado deste mês [quando], veio uma carta em que se avisa que um capitão de infantaria francês, tenente-coronel [quem?],



enfadado da suspensão das armas e do grande ódio em que os soldados estavam na cidade de Braga, por causa do Inverno [porquê?], deliberou sair em campanha e entrar pelas terras dos inimigos (...) [o quê?]. [*Gazeta*, Março de 1642]

Para além das notícias que se resumem ao que hoje em dia classificáramos como *lead de impacto*, noutras peças mais desenvolvidas, da *Gazeta* e das *Relações*, também encontramos esta estrutura, que lança o resto do texto a partir da informação mais importante:

A primeiro de Junho, se fez em Roma a canonização da nossa Rainha Santa Isabel (...). Celebrou-se com grande magnificência, porque para tudo deixou dinheiro o bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco (...). A esta nova se fizeram no Reino muitas festas, principalmente na cidade de Coimbra, onde o bispo D. João Manuel, a Universidade, o convento de Santa Clara e a Câmara tiveram festas contínuas, por muitos dias, e procissões soleníssimas, touros, canas, torneios, justas poéticas e outros muitos géneros de alegrias (...). [*Relações*]

De Marselha, a 9 de Março de 1643

As grandes chuvas que em Itália houve desde o princípio de Novembro até ao fim de Dezembro passado engrossaram de maneira os rios da Lombardia e particularmente o Pó, que saindo do leito inundou a maior parte das cidades, vilas e terras vizinhas. Neste dilúvio afogaram-se tantas pessoas, ruíram tantas casas e perderam-se outros bens, que se não dera crédito e autoridade [*lead*]. [*Gazeta*, Abril de 1643]

Várias notícias apresentam, por seu turno, um recorte analítico e explicativo, quer na *Gazeta*, quer nas *Relações*:

A fertilidades destes dois anos mostrou claramente que sem vir de fora pão se podia sustentar o Reino, e porque o cuidado da sua agricultura é grande parte da abundância, mandou Sua Majestade renovar a lei de El-Rei Dom Fernando, ordenando aos corregedores que, por conta das câmaras, fizessem lavrar todas as herdades que estivessem sem lavrador, para que a avareza dos donos não fosse causa da esterilidade da terra. [*Relações*]

Os diferendos entre El-Rei da Grã-Bretanha com o Parlamento estão cada dia em pior condição, porque cada qual pretende sustentar sua razão e assim há grandes aparências de que antes de muitos dias cheguem a batalha. [*Gazeta*, Outubro de 1642]

São poucas as referências directas às fontes de informação nas notícias, quer nas *Relações* quer na *Gazeta*. No que respeita às primeiras, Manuel Severim de Faria dá algumas pistas para se entender como obtinha a informação, como no seguinte excerto, em que dá conta dos testemunhos epistolares sobre a defesa da Baía contra os holandeses:

“E antes de referirmos a tomada da Baía, daremos brevíssima notícia do desgraçado sucesso da sua perda e do que o governador Diogo de Mendonça fez na defesa da cidade, tendo por testemunhas o sargento-mor (...) e outras pessoas de ser, qualidade e verdade [qualificação das fontes pela pertença às elites] (...) e de cartas que vieram aos



padres da Companhia [de Jesus], escapando muitas que não chegaram e onde referiram a verdade do assalto e sua defesa.”

Noutra passagem, Manuel Severim de Faria diz que as naus trouxeram “novas (...) da Índia”. Os ritmos de chegada e partida dos navios contribuiriam para moldar o ritmo de aparecimento de novas notícias. Os tripulantes das naus, os soldados e demais viajantes funcionavam, assim, como fonte noticiosa privilegiada.

A propósito do nascimento de animais defeituosos, Manuel Severim de Faria, talvez não muito certo, assevera que isso lhe foi contado por “pessoas dignas de crédito”, legitimando, assim, defensivamente, a sua voz através da qualificação da voz da fonte.

No que respeita à *Gazeta*, pode-se ver, pelo quadro 3, que os redactores do periódico já evidenciavam várias preocupações jornalísticas de tom contemporâneo, mostrando que os valores jornalísticos e as constantes norteadoras do profissionalismo jornalístico têm raízes históricas que recuam ao século XVII ou, para sermos mais precisos, recuam aos tempos clássicos em que gregos como Tucídides, Xenofonte e mesmo, até certo ponto, Heródoto, começaram a escrever história animados da dupla intenção da verdade e da facticidade.

Quadro 3: Questões jornalísticas – *Gazeta*

Questões jornalísticas	Excerto textual ilustrativo
Referência e crítica às fontes	O que se disse de França (...) foi <i>informação de pessoa mal intencionada</i> e pouco afecta às coisas deste e daquele Reino. (Julho de 1643).
Referência e crítica às fontes	As mais destas novas são <i>colhidas de cartas e pessoas dignas de crédito</i> , que vieram de várias partes. E o que se diz do bispo de Lamego <i>se sabe por via da nau de Inglaterra que veio no mês passado</i> . E de Itália, <i>havia já aqui carta</i> em que se diz que ficava em Leorne, de onde se vai a Roma em pouco mais de três dias. (Dezembro de 1641)
Referência a fontes	No princípio deste mês <i>escreveu-se da Província do Alentejo</i> que no dia de São João vieram os inimigos a Olivença (...). (Julho de 1642)
Referência a fontes	novas que tivemos da Índia Oriental, <i>por um correio</i> (Março de 1642)
Referência a fontes	Por <i>carta</i> de Münster se soube (...). (Novembro de 1646)
Referência a fontes	<i>Pessoa digna de crédito que veio de Madrid</i> afirma (...). (Dezembro de 1641)
Referência a fontes	Chegaram aqui <i>dois navios holandeses</i> , os quais dão as novas que se seguem (...). (Setembro e Outubro de 1646)
Referência a fontes e datação da informação	<i>Há carta</i> nesta Corte da Ilha de São Cristóvão, situada nas Índias de Castela, feita nos últimos de Novembro, em como a maior parte das Índias tinham negado a obediência ao Castelhana, e que só um vice-rei estava por eles, havendo (...) grandes revoluções. (Março e Abril de 1644)
Notícias de última hora	No mesmo ponto em que se acabou de imprimir este papel, veio da ilha Terceira Jorge de Mesquita e trouxe aviso de que a fortaleza se havia rendido e estava já por El-Rei Nosso Senhor. Por ser nova de grande alegria para este Reino, se pôs nesta <i>Gazeta</i> , não obstante pertencer à do mês de Abril. (Março de 1642)
Referência a fontes, ao processo de obtenção de	A nova da Ilha Terceira, de que se fala (...) na gazeta do mês de Março, veio aos oito do mês de Abril no navio Sol Dourado. (Abril 1642)



informações e à datação da notícia	
Referência a fontes e ao processo de obtenção de informações	Chegou aqui um frade dominicano que chamam frei João Correia, filho de Lisboa, que vem de Madrid. Não dá novas frescas por haver muito que partiu daquela corte (...). (Março e Abril de 1644)
Referência a fontes, ao processo de obtenção de informações e à datação da notícia	De Amesterdão, 12 de Agosto de 1647. Chegaram há pouco dez navios das Índias Orientais, mas com muito menos mercadorias do que tinham de costume. Dão por novas que na ilha de Ceilão os moradores mataram alguns 450 holandeses e fizeram mais de 200 prisioneiros, após o que lhes ganharam um pequeno forte. (Setembro de 1647)
Referência ao trajecto da notícia	Soube-se cá, por via de Cádiz, Sevilha e Segóvia, como os franceses tinham tomado Lérica (...). (Julho e Agosto de 1646)
Datação da notícia	Aos oito do corrente houve uma grande altercação popular na cidade de Cosenza, na Calábria...
Intenção de verdade e de correcção de informações incorrectas (embora possa ser reflexo de uma tentativa de correcção de rumo devido a “excesso de verdade” sobre o ambiente interno de um país aliado)	O que na <i>Gazeta</i> do mês passado se disse de França que com as presentes guerras se passavam muitas necessidades <i>é falso</i> e parece que foi informação de pessoa mal intencionada e pouco afecta às coisas deste e daquele Reino. (Julho de 1643)
Intenção de verdade e de correcção ou complemento de informações incorrectas	No que se diz na <i>Gazeta</i> de Dezembro acerca de São Tomé se advirta que o governador Manuel Quaresma era já morto. (Fevereiro de 1642)
Citações directas	Neste ponto olhou o cura para os nossos, que estavam perto, e defronte dele, e começou a dizer em altos gritos: “Senhores portugueses, aqui está um castelhano vivo entre estes mortos, acudam vossas mercês e levem-no, que eu não trago comissão para retirar vivos e não quero enganar a ninguém, que sou cristão e temo a Deus”. [aspas nossas] (Janeiro de 1642)
Vivacidade e sensacionalismo do relato em jeito de reportagem	Aos oito do corrente houve uma grande altercação popular na cidade de Cosenza, na Calábria, durante a qual mataram um homem muito principal, cujo corpo foi arrastado pelas ruas da cidade. E prenderam alguns quarenta mais, que favoreciam os espanhóis, que levaram ao vice-rei de Nápoles. Nas cidades de Salerno e de Bari não têm sido menores os tumultos, seguindo o exemplo das demais. Na primeira, queimaram-se mais de 25 casas; na segunda, os moradores elegeram uma cabeça [um líder], que se fez grandemente temer pelas muitas execuções que faz (...) e a maior parte dos vassallos de diversos lugares deste Reino tem montado cercos aos seus senhores, por quererem suportar o governo dos espanhóis. (Setembro de 1647)

De facto, no quadro 3 podem observar-se, nomeadamente: 1) Preocupações de credibilizar a informação pela referência às fontes, ou mesmo pela crítica dessas mesmas fontes; 2) Intenção de verdade, traduzida, por exemplo, pela correcção de informações incorrectas; 3) Citações, mecanismo de defesa do jornalista e de credibilização da informação que também empresta vivacidade ao relato; 4) Inclusão de notícias de última hora; e 5) Preocupação em datar e localizar as notícias.

Considerações finais

Propusemo-nos, com este trabalho, responder às seguintes questões: Quem foram os “jornalistas” portugueses que, na primeira metade do século XVII, iniciaram o



jornalismo em Portugal? Sobre o que escreviam? Quais as suas fontes? Que rotinas tinham? Que constrangimentos enfrentavam?

Podemos responder salientando que todos os pioneiros do jornalismo em Portugal eram clérigos letrados que começaram a ocupar-se da redacção de jornais quer para darem continuidade e visibilidade à ocupação de memorialista e noticiarista (caso de Severim de Faria), quer para obterem eventuais lucros (caso de Galhegos e de Barreto e talvez mesmo de Severim de Faria), quer ainda, eventualmente, para participarem no esforço de reconhecimento e legitimação da Dinastia de Bragança e da Restauração da Independência (caso de frei Francisco Brandão e, eventualmente, dos restantes redactores da *Gazeta*). Redigir periódicos era, porém, uma *ocupação* que tinham a par dos seus deveres eclesiásticos e não um *ofício* nem uma *profissão*. Porém, os “jornalistas” de seiscentos não só tinham em mente, como os jornalistas profissionais de hoje em dia, a intenção de verdade e o ânimo de fidelidade aos factos, como também escreviam sobre os mesmos temas que ocupam os jornais de hoje, nos diferentes suportes mediáticos. Pode dizer-se que, ontem como hoje, o jornalismo é, na sua essência, um conjunto de relatos selectivos sobre o mundo, é um “pedaço do mundo” sob a forma de relato. As notícias de ontem são, tematicamente, as notícias de hoje, porque os critérios de noticiabilidade são os mesmos. E são os mesmos porque derivam do enquadramento cultural, que, por sua vez, reflecte respostas humanas para as preocupações e necessidades intemporais do homem, como (1) a necessidade de sobrevivência (daí as notícias que sinalizam o perigo) e (2) a necessidade de conservação da sociedade, que resulta de um impulso genético gregário comum a todos os seres humanos (daí as notícias que sinalizam, enquadram como anormal e condenam a dissensão e o desvio).

Os dados expostos neste texto comprovam, ainda, que as notícias de seiscentos resultavam ou da observação e narração directa dos acontecimentos ou da convocação de um pequeno número de fontes para que estas falassem do que se passava. Entrevistas a viajantes e marinheiros, colecta de informações de testemunhas de acontecimentos, construção de uma rede de correspondentes capazes de informar o redactor sobre o que se passava em lugares distantes, *acesso* a fontes bem colocadas, tradução de notícias das gazetas estrangeiras, de todos estes processos se serviam os periodistas portugueses de seiscentos para encherem de informações interessantes, importantes e até úteis as páginas em branco dos seus jornais. Em consequência, pode afirmar-se que, estruturalmente, o modelo jornalístico seiscentista de colecta e difusão da informação



também não se afastava muito do modelo actual, embora os recursos fossem, obviamente, mais limitados – desde logo, os jornais portugueses não possuiriam mais do que um ou dois redactores a trabalhar em simultâneo. Os processos rotineiros de processamento da informação – isto é, de transformação dos factos em notícias – também não são significativamente dissemelhantes aos processos actualmente usados pelos jornalistas. Os “jornalistas” de seiscentos, como os actuais, procuravam fazer chegar ao conhecimento dos leitores uma panóplia de informações importantes, úteis ou interessantes, redigidas, normalmente, de forma clara, concisa e incisiva (a ideia do *lead*, nomeadamente do *lead* de impacto, já estava viva), embora nem sempre de forma precisa (os exageros propagandísticos da *Gazeta* “da Restauração” em relação aos números de baixas portuguesas e castelhanas são notórios). Igualmente se observa que os “jornalistas” portugueses de seiscentos, certamente fruto da sua educação formal, dominavam as regras da retórica clássica para bem contar novidades (que foram importadas para o jornalismo como a regra dos seis W como se fossem uma invenção norte-americana e não – como efectivamente são – uma criação dos antigos gregos e romanos).

Constata-se, finalmente, que para se fazer um periódico legal no Portugal de seiscentos era necessário possuir-se a confiança do regime, mas isso não bastava. As notícias eram sujeitas a dupla censura, civil e eclesiástica. Ou seja, por muita confiança que os detentores do poder político depositassem em quem autorizavam a fazer periódicos, ainda assim alimentavam desconfianças profundas em relação à actividade jornalística (hoje, aliás, também são constantes as tentativas políticas de controlo da imprensa e de restrição da liberdade de imprensa) Por isso, os governantes instituíram a censura a livros e jornais. Em acréscimo, por causa das possíveis represálias (lembre-se a suspensão da *Gazeta*), a auto-censura também ocorria. Os principais constrangimentos à actividade jornalística em seiscentos eram, portanto, de ordem legal e política.

Bibliografia

CUNHA, A. **Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)**. Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, classe Letras, 4. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.

JORGE, M. F. R. **O “senhor chantre de Évora”**: Manuel Severim de Faria, o homem e o seu tempo nas *Notícias de Portugal*. Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses, apresentada à Universidade Aberta. Lisboa: Universidade Aberta, 2003. Exemplar inédito disponível para consulta na Biblioteca Nacional de Lisboa.

MARTINS, H. **Manuel de Galhegos: Um poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração**. Anadia: Tipografia Cisial, 1964.



SERRÃO, J. V. **Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604 – 1609 – 1625**. Col. Subsídios para a História Portuguesa, vol. 12. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1974.

SEVERIM DE FARIA, M. **Notícias de Portugal**, Introdução, actualização e notas de Francisco A. Lourenço Vaz. Lisboa: Edições Colibri, 2003.

SILVA, J. P. **Manuel Severim de Faria: O mais douto português do seu tempo**. Ensaio biográfico. Évora: A Defesa, 2003.

SOUSA, J. P. (coord.) *et al.* **A génese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2007.

STEPHENS, M. **A history of news**. New York: Penguin Books, 1988.

TENGARRINHA, J. **Imprensa e Opinião Pública em Portugal**. Coimbra: Minerva, 2006.

TENGARRINHA, J. **História da imprensa periódica portuguesa**, 2ª edição revista e ampliada, Lisboa: Caminho, 1989.

VASCONCELOS, J. L. **Severim de Faria**. 2ª Memória. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.